

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO		
Proc. N.º	435 - PE 174 / 15	
Em	03	12
		15

PROJETO DE LEI N.º 174, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2015.

Altera o inciso III e o parágrafo 7º do artigo 13 da Lei n.º 4.434, de 24.04.2006, que reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Efetivos do Município de Montenegro.

Art. 1º Altera o inciso III e o parágrafo 7º do artigo 13 da Lei n.º 4.434, de 24.04.2006, que reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Efetivos do Município de Montenegro, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 13.

...  
III - a contribuição previdenciária, de caráter compulsório, de todos os Órgãos e Poderes do Município, incluídas suas autarquias e fundações, na razão de 17,33% (dezessete vírgula trinta e três por cento), incidente sobre a totalidade da remuneração das contribuições dos servidores ativos, em disponibilidade remunerada, inativos e pensionistas, nos termos dos incisos I e II.

...  
§ 7º Adicionalmente à contribuição de que trata o inciso III, todos os Órgãos e Poderes do Município, incluídas suas autarquias e fundações, a título de recuperação do passivo atuarial e financeiro, contribuirão com alíquota na razão de 12,87% (doze vírgula oitenta e sete por cento), incidente sobre a totalidade da remuneração das contribuições dos servidores ativos, nos termos dos incisos I e II, até nova revisão na forma do artigo 15.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2016.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE MONTENEGRO, em 03 de dezembro de 2015.

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO	
Discutido e votado em: _____	
Resultado da Votação: Votos a favor _____	
Abstenções _____	
Presidente _____	Votos contra _____

  
LUIZ AMÉRICO ALVES ALDANA  
Prefeito Municipal



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTENEGRO  
*Gabinete do Prefeito*

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO		
PROC. Nº	435 - PE 174/15	
DATA	03	12
		15

Ofício n.º 1127/2015-GP

Montenegro, 03 de dezembro de 2015.

Assunto: Mensagem Justificativa do Projeto de Lei n.º 174/2015

Excelentíssimo Senhor Presidente:

O projeto de lei anexo objetiva autorização legislativa para alterar o inciso III e o parágrafo 7º do artigo 13 da Lei n.º 4.434, de 24.04.2006, que reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Efetivos do Município de Montenegro.

Justifica-se o presente tendo em vista que o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores é baseado no Princípio do Equilíbrio Financeiro e Atuarial, ou seja, o plano de custeio deve ser suficiente para a manutenção dos benefícios presentes e futuros.

A Lei n.º 4.434, de 24.04.2006, que reestruturou o FAP, adequando-o aos parâmetros trazidos pela chamada reforma da previdência, estabeleceu um plano de custeio, previsto em seu art. 13, baseado nas seguintes alíquotas, totalizando:

- contribuição de servidores ativos: 11%;
- contribuição de servidores inativos e pensionistas: 11% sobre o valor que exceder ao teto da Previdência;
- contribuição de empregador: 17%;
- contribuição de empregador (especial: recuperação do passivo atuarial e financeiro): 7,04%.

A mesma Lei determinou em seu art. 13, § 1º e no art. 15 a avaliação periódica do plano de custeio. Anualmente tem-se realizado o chamado cálculo atuarial de empresa contratada (empresa de atuária regularmente inscrita no Instituto Brasileiro de Atuária - IBA).

O resultado da avaliação, com base em 31 de dezembro de 2014, recomendou a alteração de alíquota, conforme segue, totalizando uma alíquota total de 41,20%:

- contribuição de servidores ativos: permanece 11%;
- contribuição de servidores inativos e pensionistas: permanece 11% sobre o valor que exceder ao teto da Previdência;
- contribuição de empregador: permanece 17,33%;
- contribuição de empregador (especial: recuperação do passivo atuarial e financeiro): alterar para 12,87%.

A Sua Excelência o Senhor  
Vereador Márcio Miguel Müller  
Câmara Municipal de Vereadores  
Montenegro/RS

**"DOE ÓRGÃOS, DOE SANGUE: SALVE VIDAS"**  
**MONTENEGRO CIDADE DAS ARTES**

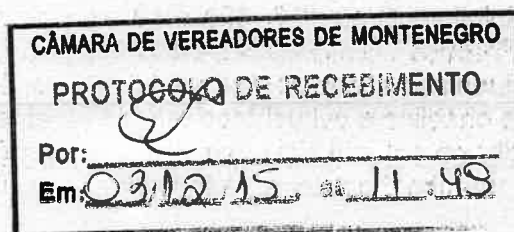


ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTENEGRO  
*Gabinete do Prefeito*

Sobre eventuais dúvidas acerca da não aplicação do Princípio da Anterioridade Nonagesimal, disposto no art. 194 e 195, §6º, da Constituição Federal, vale salientar que a Nota Técnica n.º 04/2012/CGNAL-CGACI/DRPSP/SPPS/MPS, de 18.12.2012, do Ministério da Previdência Social, esclarece que a contribuição devida pelo Ente Federado decorre unicamente do caráter contributivo e solidário do artigo 40 da Constituição Federal, não possuindo, com isto, natureza jurídica de tributo, o que dispensa aguardar o prazo de 90 dias da publicação da lei, podendo ser exigida de imediato.

Desta forma, solicita-se a aprovação do presente projeto de lei.  
Anexo o processo administrativo n.º 8718/2015.  
Atenciosamente,

  
LUIZ AMÉRICO ALVES ALDANA  
Prefeito Municipal



"DOE ÓRGÃOS, DOE SANGUE: SALVE VIDAS"  
MONTENEGRO CIDADE DAS ARTES